

HABEAS CORPUS Nº 533.355 - RS (2019/0275458-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOSIANE MALLET BALBÉ
ADVOGADO : JOSIANE MALLET BALBE - RS040048
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JORGE AUGUSTO BETIM WEBER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE FEMINICÍDIO. TESE DE AUSÊNCIA DE DOLO HOMICIDA. VIA ELEITA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A INTEGRIDADE FÍSICA DA VÍTIMA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM.

1. O Paciente foi preso em flagrante, em 07/08/2019, e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2.º, incisos II, III e VI, c.c. o § 2.º - A, incisos I e II, e art. 14, inciso II, todos do Código Penal. Narra a denúncia que o Réu passou com seu veículo três vezes sobre o corpo da vítima, sua companheira, porque estava inconformado com a sua suposta traição.

2. Vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal pelo crime de tentativa de feminicídio, reconhecer que os indícios de materialidade e autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar, porque o Paciente não tinha intenção de matar sua companheira, implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do *habeas corpus*.

3. A prisão preventiva está fundamentada na garantia da ordem pública, para assegurar a integridade física da vítima sobrevivente, o que não destoa dos precedentes deste Superior Tribunal de Justiça. Ademais, a jurisprudência da Suprema Corte já se pronunciou no sentido de que não há ilegalidade na "*custódia devidamente fundamentada na periculosidade do agravante para a ordem pública, em face do modus operandi e da gravidade em concreto da conduta*." (HC 146.874 AgR, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2017, DJe 26/10/2017.)

4. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão

preventiva, não é possível a aplicação de nenhuma das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal.

5. A tese relativa ao excesso de prazo no encerramento da instrução não pode ser examinada originariamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

6. *Habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do pedido e, nesta extensão, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora